



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

MINUTA DE CIRCULAR

Dispõe sobre o fornecimento de certidões

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, na forma prevista no art. 36, alíneas "b" e "h", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, no uso da competência que lhe foi delegada nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar no 126, de 15 de janeiro de 2007, do art. 74 da Lei Complementar no 109, de 29 de maio de 2001 e do art. 3º, § 2º do Decreto-Lei no 261, de 28 de fevereiro de 1967; e tendo em vista o que consta do Processo Susep nº 15414.600169/2022-93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o sistema de fornecimento de certidões no âmbito da Susep.

Art. 2º Para fins desta Circular, consideram-se supervisionadas as seguradoras, as entidades abertas de previdência complementar, as sociedades de capitalização e os resseguradores locais.

Parágrafo único. Excluem-se da definição utilizada no *caput* as seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (*Sandbox Regulatório*)

Art. 3º O sistema de fornecimento de certidões abrange a disponibilização de:

I – certidão de licenciamentos; e

II – certidão de apontamentos.

§1º A certidão de licenciamentos abrange as supervisionadas definidas no art. 2º, as seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (*Sandbox Regulatório*), os resseguradores admitidos e eventuais, os corretores de seguros, as corretoras de resseguros e as empresas credenciadas pela Susep.

§2º A certidão de apontamentos abrange apenas as supervisionadas definidas no art. 2º.

§3º O acesso ao sistema de fornecimento de certidões é público e deverá ser realizado por meio do sítio eletrônico da Susep.

§4º As informações contidas nas certidões deverão ser atualizadas sempre que houver alteração na situação de qualquer item constante da respectiva certidão.

§5º As certidões deverão conter data de emissão e terão validade pelo prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

§6º A autenticidade de cada certidão poderá ser confirmada por meio do sítio eletrônico da Susep.

§7º As certidões deverão indicar o *link* da internet em que ficará disponível manual com explicação e descrição dos principais conceitos técnicos mencionados nas certidões.

Art. 4º A certidão de licenciamentos compreende as autorizações, credenciamentos e

cadastramentos efetuados pela Susep e nela deverá constar, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação da supervisionada autorizada a operar, bem como a modalidade da operação, a região autorizada a operar e o número e o instrumento que formalizou a autorização;

II – eventual limitação, temporária ou definitiva, imposta pela Susep para a supervisionada operar;

III – identificação dos diretores estatutários das supervisionadas;

IV – enquadramento da supervisionada em relação à segmentação prudencial;

V – indicação se a supervisionada é participante do *Open Insurance*;

VI – identificação do ressegurador admitido ou eventual, bem como a situação da sua autorização e o número e o instrumento que formalizou a autorização;

VII – identificação do corretor de seguros, pessoa natural ou jurídica, bem como os produtos, a situação do seu cadastro e a unidade da federação de sua localização;

VIII – identificação da corretora de resseguros, bem como a situação da sua autorização e o número e o instrumento que formalizou a autorização; e

IX – identificação de entidade credenciada pela Susep.

§1º No caso de licenciamento suspenso ou inativo, por liquidação extrajudicial ou ordinária, por falência, ou por outros motivos, a certidão deverá indicar apenas essa situação, sem a necessidade de complementar com os demais itens indicados nos incisos do *caput*.

§2º Em relação às seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (*Sandbox Regulatório*), deverá ser disponibilizada certidão específica, de acesso público, no sítio eletrônico da Susep, contendo a situação da autorização da companhia para operar no mercado supervisionado.

Art. 5º A certidão de apontamentos deverá ser composta por lista com a indicação da existência ou não de:

I – Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR);

II – montante de ativos garantidores inferior à necessidade de cobertura das provisões técnicas;

III – ajustes nos reportes contábeis e/ou prudenciais exigidos pela Susep e ainda não realizados, considerando o prazo estabelecido pela Autarquia;

IV – Plano de Regularização de Solvência (PRS) em andamento;

V – Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em andamento;

VI – Plano de Regularização de Solvência (PRS) descumprido;

VII – Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) descumprido;

VIII – não apresentação ou apresentação incompleta das informações periódicas regulamentadas ou de outros documentos exigidos na forma da legislação aplicável;

IX – Processo para Reparação de Apontamentos (PRA) descumprido;

X – Processo para Reparação de Apontamentos (PRA) solicitado ou em andamento, decorrente de problemas de conduta;

XI – indisponibilidade de autorização para movimentar livremente a carteira de títulos e valores mobiliários dados em cobertura de provisões técnicas;

XII – medida prudencial preventiva e/ou medida cautelar em vigor;

XIII – medida prudencial preventiva e/ou medida cautelar em vigor descumprida;

XIV – instauração de Fiscalização Especial, decorrente do previsto no art. 89 do Decreto-Lei nº 73/66;

XV – instauração de regime de Direção Fiscal ou de Intervenção;

XVI – não pagamento da taxa de fiscalização;

XVII – não encaminhamento da documentação referente a assembleias gerais e nomeações de administradores;

XVIII – descumprimento do disposto nos normativos vigentes que tratam do *Open Insurance*, no que se refere à disponibilização das interfaces dedicadas ao compartilhamento de dados e serviços (APIs); e

XIX – infração administrativa com trânsito em julgado nos últimos 3 anos.

§1º No caso de licenciamento suspenso ou inativo, por liquidação extrajudicial ou ordinária, por falência, ou por outros motivos, a certidão de apontamentos não será disponibilizada.

§2º As indicações referentes aos incisos I e II devem considerar eventuais ajustes demandados pela Susep, mas ainda não realizados.

§3º A existência de PRS e/ou PRC em andamento ou descumprido, mas cujo objeto do plano já tenha sido regularizado, saneado ou, por qualquer razão, tenha se tornado inexigível, não deve gerar apontamento.

§4º No âmbito do inciso IX, a existência de PRA descumprido, mas cujo objeto do plano já tenha sido regularizado, saneado ou, por qualquer razão, tenha se tornado inexigível, não deve gerar apontamento.

§5º Em havendo apontamento relativo ao inciso XII, XIII ou XIX, a certidão deverá indicar a qual medida prudencial preventiva, medida cautelar e/ou infração administrativa com trânsito em julgado nos últimos 3 anos se refere o respectivo apontamento, caso não haja hipóteses legais de restrição de acesso a essa informação específica.

§6º Na hipótese da restrição mencionada no §5º deste artigo, deverá haver a indicação da respectiva hipótese legal utilizada.

§7º Nos casos em que a supervisionada não tiver sido previamente notificada sobre o fato gerador do registro do apontamento ou não tiver sido concedido prazo para a sua manifestação, a inclusão do apontamento na certidão deve ser precedida de comunicação à supervisionada, que terá oportunidade de se manifestar no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de recebimento da comunicação.

§8º Caso a supervisionada não comprove sua regularidade no prazo definido no §7º, o apontamento será registrado na certidão.

Art. 6º A supervisionada poderá solicitar à Susep esclarecimentos, por meio do peticionamento eletrônico, sobre as informações contidas nas certidões previstas nesta Circular.

Art. 7º Fica revogada a Circular Susep nº 652, de 11 de fevereiro de 2022.

Art. 8º Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO SUAREZ SEABRA (MATRÍCULA 1819748)**, **Coordenador-Geral**, em 16/08/2022, às 22:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1417777** e o código CRC **03FF6F7A**.